



I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ENSINO

FORMAÇÃO DOCENTE, TECNOLOGIAS E DIVERSIDADE

02 a 04 de Agosto de 2023



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PRÁTICA PEDAGÓGICA ADAPTADA PARA ALUNOS SURDOS

Rayanne Kelly de Oliveira Alves¹; Benedito Gonçalves Eugênio²

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Nível de Mestrado Acadêmico com área de concentração em Ensino na Educação Básica pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB),

²Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC).

Resumo

A maioria das escolas regulares no Brasil não está preparada para receber efetivamente os alunos surdos. Nesse contexto, surgem as dificuldades para tornar o sistema educacional inclusivo. A pesquisa objetivou refletir sobre a prática pedagógica com a adaptação de material para alunos surdos visando à inclusão no âmbito escolar. Para tanto, a metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e documental de cunho qualitativo. O *corpus* de análise é composto por registros fotográficos de práticas pedagógicas inclusivas nas aulas ministradas para o Ensino Fundamental em uma escola pública. A fundamentação teórica baseia-se em Damázio (2007), Rossler (2006), dentre outros. A conclusão sinaliza para a importância de se compreender o discente surdo como sujeito de direito a uma educação que considere suas especificidades linguísticas.

Palavras-chave: Adaptação de material; Comunidade Surda; Políticas Educacionais.

Introdução

O texto propõe uma reflexão acerca da inclusão da comunidade surda na escola. Partimos do pressuposto de que há inúmeros desafios para uma educação inclusiva no Brasil. Para tanto, este trabalho tem como objetivo refletir acerca da adaptação de material para alunos surdos, bem como os desafios que permeiam a prática pedagógica desenvolvidas com esses discentes.

Portanto, “se um lugar não oferece acesso a todas as pessoas, então é um lugar deficiente”, é o que declara Thaís Frota, sócia da empresa Arquitetura Acessível

onde faz projetos, profere palestras e cursos de Acessibilidade. Essa iniciativa deve ser tomada como inspiração para os demais espaços sociais como cinemas, lojas, bancos e, principalmente na rede regular de ensino, que é o *corpus* desta pesquisa.

Contudo, vale salientar que a inclusão escolar sem especialização dos professores é exclusão. Talvez esse questionamento seja o que mais provoca os educadores das escolas, é indiscutível que devem ocorrer modificações diversas como capacitação profissionalizante e adaptações de materiais pedagógicos.

O artigo 28, inciso XI salienta que é necessário “a formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio” (Art. 28, inc. XI da Lei 13.146/15). Relembrando um marco importante, *A Declaração de Salamanca* (1994), ampliou o conceito de necessidades educacionais especiais, foi um processo transformador para garantir o direito ao acesso à educação, sendo assim, a escola deveria oferecer práticas pedagógicas que irão além da sala de aula garantindo uma aprendizagem conjunta superando quaisquer dificuldades ou diferenças. Como declara Lacerda, “[...] o aluno surdo, que deve cursar o ensino fundamental, será efetivamente melhor uma escola na qual os conteúdos sejam ministrados em sua língua de domínio, que ele tenha professores e companheiros que partilhem com ele a língua de sinais [...]” (LACERDA, 2000, p.12).

Indubitavelmente, a educação inclusiva ainda é abarrotada de desafios, embora na Constituição (Art. 28, inc. XII da Lei 13.146/15), seja um direito legal do cidadão. Vale salientar que a família está diretamente ligada à aprendizagem da criança com necessidade específica, portanto, deve cobrar da escola um ambiente flexível de aprendizagem com atividades lúdicas e propostas pedagógicas derivadas de uma metodologia inclusiva. De acordo com Lacerda (2000), apesar da comunidade escolar se mostrar disposta ao convívio com as diferenças, quase sempre evidencia uma inclusão insatisfatória que não contempla as necessidades especiais.

Sendo assim, a escolha do tema foi definida levando em consideração inquietações e questionamentos como: qual a melhor prática pedagógica? Quais metodologias utilizar em sala de aula? Onde encontrá-las? Mediante isso, a problemática deste estudo objetivou circunscrever sobre a importância de um ambiente escolar adaptado que realmente contemple as necessidades específicas dos alunos com surdez.

Metodologia

Segundo Márcia Cançado (1994, p. 68), “[...] a sala de aula, se cristalizou como um lugar a ser preenchido com atividades de ensino, torna-se também um rico campo para pesquisas [...]”. O ambiente escolar é uma atmosfera riquíssima para estudo, pois é o resultado final de muitas pesquisas, é na sala de aula que as teorias são analisadas e testadas.

Para a análise do *corpus* deste estudo foi utilizada a abordagem qualitativa. Essa pesquisa é bibliográfica e documental, tendo como objeto de análise registros fotográficos (meramente ilustrativo) de uma sala de aula. O arcabouço teórico é alicerçado por autores como Damázio (2007), Rossler (2006).

Este estudo possui um enfoque qualitativo, uma vez que, essa pesquisa objetiva explorar e abranger as experiências, perspectivas e significados subjacentes aos fenômenos sociais. Como afirma Minayo (2003, p. 21) a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis”.

Sendo assim, essa pesquisa não se baseia em números ou estatísticas, mas em dados textuais ou visuais coletados por meio de entrevistas, observações, questionários abertos, documentos, imagens, vídeos, dentre outros. Esse estudo tem cunho bibliográfico alicerçado em Lakatos e Marconi (2003, p. 183), pois “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Além disso, há uma análise documental tendo como base fontes secundárias, ou seja, livros, artigos, teses, dissertações e outros documentos que já foram publicados sobre o tema abordado. O objetivo da pesquisa bibliográfica e documental foi promover um levantamento reflexivo com análise e síntese das principais contribuições teóricas e metodológicas existentes sobre as contribuições da adaptação de material para alunos surdos e os desafios que permeiam a prática pedagógica desenvolvidas com esses discentes.

Resultados e discussão

A imagem a ser descrita trata-se de um registro fotográfico retirado da página virtual do *Portal do Professor/MEC*, essa fotografia foi republicada em uma matéria jornalística do site (*alagoasnet.com.br*) tal matéria está vinculada a determinação judicial que determinava a contratação imediata de professores/intérpretes para ministrarem aulas em Libras.

Figura 1 – Sala de Aula (Imagem meramente ilustrativa)



Fonte: Portal do Professor (2014)

O pedido foi feito pela defensoria pública do estado de Alagoas. Na reportagem, o juiz de Direito da Comarca de União dos Palmares declara que a contratação de professores trata-se de obrigação do Estado, Poder Público, de prestar o serviço educacional adequado e de qualidade, observando os mandamentos constitucionais e as leis infraconstitucionais que regulam este serviço público. De acordo com o pedido feito pela defensora, diz respeito a uma aluna surda que estava enfrentando sérias dificuldades para prosseguir nos estudos, uma vez que a escola não disponibilizava Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILs), o que colocava em risco sua permanência no curso.

Na fotografia aparecem aproximadamente dez crianças aparentemente com sete anos de idade, uniformizadas com blusas azuis da escola em que estudam, entre elas aparece uma professora que demonstra ter conhecimento da língua de sinais. No momento da foto, eles estavam realizando uma atividade em que a professora estava ensinando o sinal referente à palavra flor cuja configuração da mão é feita em F e com ponto de articulação no nariz.

A sala de aula é composta por um quadro negro, no canto superior em uma parede branca está colada ilustrações tais como um sol amarelo e alguns números coloridos. Ao centro aproximadamente dez mesas tamanho infantil cor bege, sob a

mesa estão algumas fichas de um jogo educativo (cartas ilustrativas) aparentemente estão reproduzindo o sinal do objeto desenhado no papel.

O registro fotográfico acima foi escolhido visando à relação entre a proposta deste trabalho acadêmico na qual a temática é a inclusão da comunidade surda na escola. Lamentavelmente, não é comum a imagem acima na realidade escolar, são inúmeros estudantes surdos que diariamente vivem angustiados por não poderem comunicar em sua língua oficial.

Embora o Brasil tenha aprovado a lei nº 10.436, em 24 de abril de 2002, na prática, o aluno surdo, muitas vezes, não tem o auxílio do intérprete em sala ou de aula, ou quando tem, fica limitado a ele e não conseguindo comunicar fluentemente com os colegas e professores o que comumente o desmotiva de estar no ambiente escolar e, como resultado engrossa ainda mais as estatísticas da evasão escolar.

Como resultados alcançados, verificamos que um dos principais desafios é a implantação de práticas pedagógicas que levem em consideração, efetivamente, as singularidades dos surdos em seu processo de inclusão, interação e educação, pois como dito, não basta ser decretado apenas por lei, os agentes envolvidos no processo de educação precisam assimilar e praticar em seu cotidiano no ambiente escolar e fora dele. No que se refere a esta questão de educar inclusivamente, vale salientar que ela não deve pretender igualar a todos, mas sim respeitar as diferenças harmoniosamente.

Assim, a escola deveria incentivar a presença da comunidade surda, bem como, de um instrutor surdo regularmente quer seja em sala de aula quer seja em palestras com a comunidade escolar e familiar, afinal, quando o instrutor ou professor também é surdo, além da mesma comunicação, ambos compartilham da identidade surda, o que contribui para um desempenho melhor entre instrutor, intérprete e aluno surdo, bem como, a relação com o público ouvinte e professor. É necessário que o professor/educador apresente materiais visuais e concretos para a construção da aprendizagem e de novos conhecimentos.

A comunidade surda convive com os ouvintes desde seu nascimento, no entanto, a sociedade de modo geral não está preparada para se comunicar com o surdo e a escola como instituição, ainda não incluiu a LIBRAS na grade curricular como uma matéria obrigatória na educação básica. Mesmo sendo uma língua reconhecida por lei, inclusive como segunda língua oficial do Brasil, ainda falta

iniciativa dos órgãos públicos para efetivar e cumprir as propostas de ensino de acordo com a legislação que trata a respeito da inclusão dos surdos nas escolas.

Contudo, como analisado na fotografia acima, os professores se esforçam para praticar a inclusão adaptando o ambiente com materiais que integrem o aluno, evitando a segregação. São inúmeras as técnicas possíveis para fazer amoldamento de materiais para surdos como jogos educativos, contação de histórias, quebra-cabeças, dominós, jogos de carta, dentre outros que possam ajudar na construção da aprendizagem e de novos conhecimentos, os quais são disponíveis também para ouvintes sem precisar alterar sua essência.

Conclusões

É de suma importância compreender que a aprendizagem do aluno surdo é visual e tem suas potencialidades, assim o currículo deve ser flexível, motivador e imagético. É inegável que dentre as metodologias citadas na educação de surdos, o bilinguismo e a pedagogia surda são apresentadas como propostas que respeitam a diferença linguística e cultural dos surdos, portanto, proporcionam-lhes um real processo de educação escolarizada e inclusiva.

A complexidade que há entre alfabetizar alunos com culturas diferentes é um choque tanto para o professor ouvinte quanto para os alunos surdos, afinal a língua de sinais se difere da língua portuguesa. Ensinar um aluno surdo está além de conhecer a Língua Brasileira de Sinais; é necessário conhecer a Cultura Surda, vivenciá-la e a aceitar como uma língua com sua estrutura espacial-visual. Na perspectiva da Pedagogia Surda, o surdo é reconhecido como um sujeito completo e não como um sujeito deficiente, a quem falta algo, assim, valoriza a cultura visual dos surdos em suas práticas. De modo geral, é imprescindível que o ensino da Libras para os surdos e ouvintes promova a socialização e interação, concedendo iguais oportunidades.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

Brasil. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CANÇADO, Márcia. Um estudo sobre a pesquisa etnográfica em sala de aula. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 23, p. 55-69, 1994.

DAMÁZIO, M. F. M. **Educação escolar de pessoa com surdez**: uma proposta inclusiva. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>> acesso em 03 dez. 2022.

LACERDA, C.B.F. A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23, 2000, Caxambú. **Anais...** Caxambú: ANPED, 2000.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo, SP: Atlas 2003.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social. 22 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

ROSSLER, João Henrique. **Brincadeira de Papéis Sociais na Educação Infantil**: as contribuições de Vygotski, Leontiev e Elkonim. In: ARCE, Alessandra; DUARTE, Newton. São Paulo: Xamã, 2006.